

## ÁREA TEMÁTICA: Estudos teóricos em economia regional

### RELAÇÃO ENTRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E INSTITUIÇÕES

Aline Zulian<sup>1</sup>

#### RESUMO

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) encontram espaço no debate político, econômico e social. Os benefícios relacionados a estes são representados pela cooperação e dinamismo entre, principalmente, pequenas e médias empresas. No entanto, são muitos elementos que perpassam um arranjo produtivo, e não apenas fatores produtivos e econômicos. Ou seja, o problema em questão é que o APL não é formado apenas por empresas, envolve indivíduos e um amplo aparato institucional que influencia na sua construção e manutenção. Deste modo, objetiva-se analisar a existência de relação entre as instituições e o APL. Para isto, será utilizado como referencial teórico a economia institucional, dando ênfase às instituições informais, que envolvem padrões de comportamento e a cultura do local em que está sendo analisado. Constatou-se, ao fim, que há uma relação direta entre instituições formais e informais e um APL, uma vez que este último é formado por organizações que são moldadas pelo quadro institucional vigente. E, como um APL abrange, acima de tudo, a relação entre os indivíduos, deve-se dar devida atenção para os elementos comportamentais envolvidos nas transações.

**Palavras-chave:** Arranjos Produtivos Locais. Instituições. Indivíduos.

#### INTRODUÇÃO

Um dos enfoques que ganha atenção nos estudos de desenvolvimento regional é o arranjo produtivo local (APL). Este representa uma alternativa de análise, levando em conta elementos locacionais, produtivos e organizacionais. Os APLs são sistemas de produção, na forma de aglomerações de empresas, situados num determinado local devido às vantagens competitivas (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul. E-mail: alinezulian@hotmail.com.

O Brasil, conforme Vilpoux e Oliveira (2010), possui diversas organizações (BNDES, SEBRAE, FINEP, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) que realizam e financiam projetos em APLs. Sendo assim, a partir da sua constituição e de seu desenvolvimento no final dos anos 90, os APLs passaram a fazer parte da agenda política da maioria dos governos brasileiros (OBAPL, 2011).

Tendo em vista que os APLs envolvem um conjunto de empresas e indivíduos que interagem uns com os outros em meio a um conjunto de regras, identifica-se a importância de analisar estas relações. Desta forma, o problema em questão é: um APL não é formado apenas por empresas, ele envolve indivíduos, instituições formais e informais. Além de existirem as instituições formais que interferem na constituição de um arranjo e nas transações entre os agentes, existem também as instituições informais que envolvem os códigos de comportamentos, a linguagem e a cultura da região em que o APL está situado. Assim, objetiva-se neste estudo analisar a existência de relação entre as instituições e APL. Para alcançar isto, será utilizado como referencial teórico a economia institucional com foco, principalmente, nas instituições informais e nas relações individuais.

Após esta introdução, o artigo apresentará inicialmente a conceituação e a caracterização de APL e, logo após, será feita uma síntese das principais ideias institucionalistas no que se refere, principalmente, às instituições e aos indivíduos. No momento posterior, serão reunidas estas informações com o propósito de analisar a relação entre as instituições e os APLs. Por fim, serão feitas algumas considerações finais.

## **1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)**

Com a maior competitividade global e os demais impactos da globalização, as pequenas e médias empresas precisam de alternativas para inserir-se e manter-se no mercado competitivo. Desse modo, de acordo com o Observatório Brasileiro de APL (OBAPL, 2011):

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A literatura compreende uma ampla variedade de definições para um APL, sendo que o próprio OBAPL (2011) coloca em destaque o conceito utilizado pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)<sup>2</sup>, que foi inserido no glossário coordenado por Lastres e Cassiolato (2003, p. 3-4):

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Além de existirem diferentes definições para APL, existem também outras denominações para um grupo de empresas de uma mesma região geográfica que se unem em prol do crescimento. Isto é algumas vezes conhecido como “sistema produtivo local” ou “cluster”, mas no Brasil a expressão “arranjo produtivo local” é a mais utilizada (OBAPL, 2011).

Destaca-se que nem toda aglomeração de empresas representa um APL. Por exemplo, grandes empresas normalmente internalizam os ganhos, não promovendo, muitas vezes, os efeitos de transbordamentos, e estas não dependem tanto de políticas públicas para obtenção da cooperação e da proximidade de centros de ensino e pesquisa (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), aponta alguns elementos como sendo essenciais para a definição de APL: a) a existência de uma concentração espacial sobre um bem ou serviço produzido e comercializado para outras regiões<sup>3</sup>; b) a localização representa uma vantagem competitiva com grande relevância para as empresas de um APL; c) as vantagens competitivas podem atrair empresas/produtores para esta região; d) os efeitos promovidos por essas vantagens são importantes para cada setor ou cadeia; e) essas vantagens competitivas da

---

<sup>2</sup> A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais representa um grupo de pesquisa interdisciplinar que foi formalizado em 1997, sediado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que possui a participação de universidades e institutos de pesquisa brasileiros e da América Latina, Europa e Ásia (REDESIST, 2013).

<sup>3</sup> A comercialização pode se dar na mesma cidade, entre diferentes regiões, caso trata-se de uma metrópole (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

região geram um processo de retroalimentação juntamente com o crescimento do APL, não se detendo apenas em reduções de custos de transporte ou em facilidade no acesso de insumos.

Um APL pode ser formado por grandes aglomerações formadas por pequenas e médias empresas, concentrando atividades criativas e mantendo uma imagem regional fundamental para a competitividade das empresas (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004). Neste sentido, o fator locacional denota uma vantagem competitiva para as firmas de um APL.

As vantagens apontadas por Santos, Diniz e Barbosa (2004) estão vinculadas à oferta de serviços técnicos e de insumos, infraestrutura e existência de pessoas especializadas.

Ou seja, os custos para empresas localizadas no interior do arranjo (de redes ou aglomerados) são inferiores aos imperantes em outros locais. As empresas isoladas ou situadas em outras áreas ficam inferiorizadas competitivamente e, portanto, mostram desvantagens de todas as naturezas, tanto as estáticas como as dinâmicas (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 24).

Além destas, conforme Lundvall (1988 apud SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004), existe a vantagem de redução nos custos de transação, uma vez que há um conhecimento prévio das informações e dos agentes que partilham de códigos de comportamento e que estão vinculados às mesmas instituições. Assim, para manter-se no mercado, um APL precisa estar em constante aprimoramento, gerando elementos inovativos e fortalecendo as vantagens competitivas que podem ser identificadas em um grupo de empresas.

Os benefícios da constituição de APL em diferentes espaços geográficos são identificados em estudos empíricos. A RedeSist (2003), em suas pesquisas, constatou como principais resultados “que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras”. Desta maneira, os APLs possuem um caráter dinâmico auxiliando, principalmente, as empresas de micro, pequeno e médio porte a promoverem seu crescimento através da superação de barreiras, da produção eficiente e da maior abrangência da comercialização (nacional e internacional) (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

O APL metal-mecânico de Caxias do Sul-RS é um exemplo de um arranjo inovativo. De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), do ponto de vista apenas tecnológico, Caxias do Sul teria um dinamismo inferior no setor se comparada à região metropolitana de Belo Horizonte, que possui uma produção industrial muito superior, universidades vinculadas e mão-de-obra especializada. No entanto, o APL metal-mecânico de Caxias do Sul ganhou

grande destaque pois é formado por empresas de capital local, já em Belo Horizonte existem principalmente multinacionais. Ou seja, em Caxias do Sul a acumulação dos lucros é investida em novos produtos, diversificação, exportação, entre outras estratégias locais, e, por outro lado, em Belo Horizonte, as decisões são demoradas pois precisam da aprovação da matriz (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Os APLs mostram-se como uma alternativa de organização de empresas em que a cooperação e a troca de experiências e o conhecimento fazem com que estas se mantenham no mercado.

Os APLs quando bem sucedidos possuem ainda a vantagem de formar uma consciência coletiva sobre a capacidade própria de melhoria das condições vigentes e de reconhecimento de interesses e crenças comuns e, portanto, uma ideologia comum que valorize a auto-estima. Assim o desenvolvimento dos APLs é o desenvolvimento de um protagonismo nacional capaz de acreditar, formular, induzir e negociar as mudanças que o país precisa para se desenvolver. A posição ativa dos protagonistas dos APLs diverge assim da posição passiva que têm empregados ou pequenas empresas isoladas dependentes da estratégia global de empresas gigantescas formulada há muitos milhares de quilômetros de distância (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 46).

Os elementos envolvidos num APL como: os atores, os vínculos e a localidade, proporcionam uma imagem de holograma, em que todos os elos do arranjo interagem uns com os outros (AMARAL FILHO, 2011). Portanto, além de considerar as vantagens econômicas, devem-se levar em conta os fatores sociais e institucionais envolvidos. Conforme Santos, Diniz, Barbosa (2004), a importância de um APL está na abrangência de elementos políticos, culturais e sociais, e baseia-se no conhecimento tácito, em atividades criativas, na transferência de informações e na confiança entre as empresas. Em um APL, “empresas, instituições e trabalhadores se fortalecem e desenvolvem mais auto-estima na capacidade individual, regional e nacional de criar, inovar e de reagir a ameaças e oportunidades” (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 46).

Para Amaral Filho (2011), arranjos produtivos não representam apenas combinações de um conjunto de agentes, mas são também os resultados das preferências e escolhas individuais e coletivas, das relações contratuais livres ou não. Desta maneira, além de envolver empresas e instituições formais, como contratos e leis, um APL é representado, principalmente, por indivíduos que interagem uns com os outros e que possuem costumes e padrões de comportamento que influenciam nas transações. Para fortalecer esta ideia, o próximo tópico tratará com maior profundidade das instituições de caráter informal.

## 2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS

Na literatura, existem diversas definições de instituições, sendo que para North (1990, p. 3): “Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente inventadas que moldam a interação humana”<sup>4</sup>. De acordo com o mesmo autor, as instituições reduzem as incertezas das transações e guiam a relação entre os indivíduos, isto é, orientam maneiras de cumprimentar os amigos na rua, dirigir um automóvel, abrir uma empresa, entre outras tarefas rotineiras ou não.

Um importante elemento desenvolvido por North (1990) é a diferenciação entre instituições formais e informais. As primeiras, conforme o autor, são compostas por regras formais, leis, constituições, regulamentos, etc., enquanto que as segundas compõem-se de cultura, convenções e códigos de comportamento.

North (1990) faz uma analogia às regras de um jogo de esporte em equipe para explicar as instituições. Segundo ele, uma partida é composta por regras preestabelecidas que estão registradas formalmente. Mas também existem as regras informais, ou seja, formas de comportar-se que não estão escritas, mas que são padrões esperados por todos os jogadores.

Neste sentido, as instituições informais são aquelas mais difíceis de serem modificadas uma vez que envolvem heranças culturais (NORTH, 1990; NORTH, 2003). Para North (2003, p. 4), as restrições informais se originam da informação que é transmitida socialmente e que fazem parte da cultura. Esta, por sua vez, é transmitida de uma geração para outra através do ensino, da imitação, do conhecimento, dos valores e de outros fatores que influenciam o comportamento (NORTH, 1990).

As instituições diferem entre os países (NORTH, 1990). A diferença de instituições informais está, por exemplo, na forma como os amigos se cumprimentam nas ruas do Brasil, que difere do que ocorre na Índia. E, exemplificando o caso de instituições formais, o código de trânsito brasileiro é diferente daquele existente no Reino Unido. Neste sentido, o local e a cultura influenciam a maneira como os indivíduos irão agir.

É importante deixar claro que instituições não possuem o mesmo significado de organizações, apesar de se relacionarem. Como já utilizada a mesma analogia por North (1990), em um jogo, as regras formais e informais representam as instituições, definindo então como o jogo será jogado. As equipes que participam deste jogo são consideradas as

---

<sup>4</sup> “*Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction*” (NORTH, 1990, p. 3).

organizações, uma vez que constituem um grupo de pessoas com um propósito em comum: vencer a partida (NORTH, 1990). Para North (1990), as organizações se desenvolvem como resultado de um quadro institucional. Assim, elas surgem e evoluem com base em um conjunto de elementos delimitados pelas instituições.

Alguns exemplos de organizações são: empresas, cooperativas, corpos políticos (governo, câmara municipal), entidades de ensino (universidades, escolas), centros de pesquisa, entidades sociais (igrejas, clubes). Portanto, as organizações são criadas com um objetivo, mas este é formado com base nas instituições existentes, formais e informais (NORTH, 1990).

Quando trata-se do comportamento dos indivíduos, North (1990), além de levar em conta que as informações disponíveis para os agentes são incompletas, podendo uma das partes utilizar-se de mais informações do que a outra, considera que a capacidade dos indivíduos em processar a informação recebida também é limitada. Numa transação, um dos indivíduos pode saber mais dos atributos do seu produto e pode optar em esconder essas informações (comportamento oportunista). Além disto, a mente humana possui capacidade limitada para processar, organizar e utilizar as informações que estão disponíveis, demonstrando a complexidade do ambiente e das interações (NORTH, 1990).

Veblen (1983) também trata do comportamento dos indivíduos como sendo influenciado pelo aparato institucional. Dependendo da sociedade em que está sendo analisada, como, por exemplo, o estágio primitivo (selvageria pacífica), em que não há um sistema desenvolvido de propriedade privada, o comportamento individual será identificado de uma forma ou de outra e as condições de emulação se modificarão (VEBLEN, 1983).

O que é considerado honorífico e digno pela sociedade é derivado da evolução histórica e cultural (VEBLEN, 1983).

O bárbaro, com sua apreciação de honra e dignidade, fundada no senso comum, considera que matar adversários temíveis, humanos ou não, é uma atividade eminentemente honorífica. [...]. A atividade industrial, de outro lado, torna-se odiosa, e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem capaz (VEBLEN, 1983, p. 12).

Ou seja, o hábito dominante neste momento histórico considerava a luta como algo honorífico, enquanto que o trabalho era visto como uma atividade de desprezo e que não detinha apreço dos indivíduos desta sociedade (VEBLEN, 1983). Desta forma, Veblen (1983)

descreve que as instituições são hábitos de pensar e costumes rotineiros que estão ligados a um contexto histórico, como foi a constituição da classe ociosa<sup>5</sup>.

A instituição de uma classe ociosa afeta não apenas a estrutura social, mas também o caráter individual dos membros da sociedade. Logo que determinada propensão ou determinado ponto de vista foram aceitos como padrão ou norma de vida autorizados, estes reagirão no caráter dos membros da sociedade que os aceitaram, e até certo ponto, modelarão seus hábitos mentais e exercerão uma vigilância seletiva no desenvolvimento das aptidões e das inclinações do homem. [...]. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições (VEBLEN, 1983, p. 97).

Ou seja, conforme há uma evolução histórica, as instituições acompanham esse avanço e os hábitos dos indivíduos também se modificam, embora isso ocorra mais lentamente.

Com base principalmente em Veblen, Hodgson (2003) destaca que um fator chave para o processo de mudança comportamental e institucional é o hábito. No entanto, o autor faz uma diferenciação conceitual entre o hábito e o comportamento, considerando o primeiro como oriundo da repetição da ação ou do pensamento, e o segundo como a ação propriamente dita, isto é, “hábito não quer dizer comportamento, e sim propensão a um comportamento particular em classes particulares de situações”. Neste sentido, as instituições moldam o comportamento dos indivíduos, podendo surgir novos hábitos (HODGSON, 2001, p. 108).

Para Hodgson (2003, p. 7), “as instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e incorporadas e convenções que estruturam as interações sociais”<sup>6</sup>. Consideram-se instituições: a moeda, o mercado, formas de linguagem, as leis, os sistemas de pesos e medidas, as maneiras de comportar-se à mesa, etc. (HODGSON, 2001; HODGSON, 2003; HODGSON, 2006).

De acordo com Hodgson (2003), todos os indivíduos nascem em um lugar onde já existem instituições, que foram concebidas pelo processo histórico.

Há uma razão fundamental pela qual deve ser abandonada a ideia de explicar as instituições em termos de interação dos indivíduos, partindo de um “estado de natureza” sem instituições. É a de que toda interação individual depende inevitavelmente de alguma – ao menos rudimentar – forma de linguagem. Linguagem é por si mesma uma instituição. Indivíduos contam com costumes, normas e linguagem de modo a interagir. Comunicação interpessoal, essencial para todas as histórias de emergência institucional, depende de regras e normas linguísticas e de outra natureza. O estado de natureza sem instituições é inalcançável na teoria como na realidade (HODGSON, 2001, p. 103).

---

<sup>5</sup> A classe ociosa representava o grupo de indivíduos de classes nobres e/ou sacerdotais, que não estavam ligados ao trabalho industrial (VEBLEN, 1983).

<sup>6</sup> “*Institutions are durable systems of established and embedded social rules and conventions that structure social interactions*” (HODGSON, 2003, p. 7).

Desta maneira, deve-se levar em conta, em qualquer análise, os indivíduos e as instituições como elementos dinâmicos (HODGSON, 2001). Estes elementos não estão dissociados, eles se complementam e dependem um do outro para existirem.

As instituições são as estruturas com grande importância social, pois moldam os comportamentos dos indivíduos (HODGSON, 2003). De acordo com Hodgson (2003, p. 162), os sistemas socioeconômicos não apenas produzem novos produtos, eles também criam e recriam indivíduos, pois as preferências e os comportamentos individuais podem mudar ao longo do processo histórico.

Para Hodgson (2006) e também para North (1990), as instituições podem tanto restringir quanto ampliar as ações. Hodgson (2006, p. 2) exemplifica a ampliação com as regras de linguagem que permitiram a comunicação, e as regras de trânsito que ajudaram na melhor organização e segurança do tráfego. Mas, por outro lado, as instituições também podem acabar limitando a capacidade do indivíduo de explorar todas as vias possíveis de comportamento (NORTH, 1990).

As instituições estruturam as interações sociais, sendo que a durabilidade delas decorre exatamente do fato de elas possibilitarem a formação de expectativas estáveis sobre o comportamento dos outros indivíduos (HODGSON, 2006, p. 2). As instituições dependem dos pensamentos e das ações individuais, permitindo que exista um pensamento ordenado, impondo forma e consistência nas atividades exercidas pelos indivíduos (HODGSON, 2006, p. 2).

Neste sentido, uma instituição é um tipo de estrutura social (conjunto de relações sociais) que podem influenciar nos hábitos, pensamentos e ações dos indivíduos (HODGSON, 2006, p. 7). Para este autor, o reconhecimento da importância do papel das instituições na vida social abrange o entendimento de que grande parte da interação humana está organizada na forma de regras explícitas ou implícitas.

Assim, um arranjo produtivo não é formado no vácuo. Ele constitui-se de um conjunto de comportamentos, culturas, regras formais e informais. Como foi discorrido acima, sempre vai haver uma instituição preexistente, até mesmo a linguagem, que vai interferir na maneira como os indivíduos vão agir ou na forma como um conjunto de empresas emergirá e se relacionará umas com as outras.

### **3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs) E INSTITUIÇÕES**

Identificar os agentes envolvidos, os seus padrões de comportamento e as instituições formais existentes são tarefas fundamentais quando analisa-se um sistema produtivo (AMARAL FILHO, 2011). Dependendo do nível de complexidade, de acordo com Amaral Filho (2011), estas investigações se tornam mais problemáticas e, por isto, deve haver uma delimitação do campo analítico, como um complexo ou um arranjo, por exemplo.

Um dos elementos mais utilizados quando recorre-se ao referencial bibliográfico e teórico das instituições é a instituição formal. Esta, como já foi definida por North (1990) no item anterior, constitui elemento fundamental principalmente quando analisam-se as transações entre os atores econômicos. Exemplo disto é o trabalho de Rosalem, Silva e Santos (2008), que utilizou a teoria da Economia de Custos de Transação (ECT), focando nos quesitos de: incerteza, especificidade dos ativos e frequência nas transações. Os autores demonstraram a existência de relação entre o APL e as instituições e afirmaram que um APL “define a especificidade locacional, visto que, trata-se de um dos aspectos que caracterizam esse tipo de aglomeração empresarial, e desta forma pode ser considerada uma alta especificidade” (ROSALEM; SILVA; SANTOS, 2008, p. 13).

Os mesmos autores destacaram a importância de considerar as diferenças de comportamento individual e em grupo. Alguns elementos influenciam nesta dificuldade de coordenação das relações entre os agentes, tais como: interesses individuais e coletivos diferentes, preferência por centralização ou descentralização do poder, cooperação ou competição, entre outros (ROSALEM; SILVA; SANTOS, 2008, p. 13). Para os mesmos autores, estes “são alguns dos pontos que podem se tornar objeto de discussão e causar instabilidade nas relações dos integrantes e na própria rede organizacional”.

Assim, como sugerido por este artigo, a relação entre os agentes representa caráter determinante para a criação e a consolidação de um APL. Daí a importância de identificar-se principalmente o comportamento dos agentes *a priori*, partindo desta ideia que eles são mutáveis entre diferentes localidades e culturas.

Vilpoux e Oliveira (2010) também utilizaram o referencial da Economia dos Custos de Transação (ECT), mas reuniram ideias da economia das convenções, capital social e ambiente institucional, fornecendo uma alternativa para a avaliação dos sistemas de governança adotados pelos agentes de um APL. Para os autores, é importante utilizar a ECT juntamente com os aspectos sociais das relações entre as empresas, que é interferido pela cultura e instituições informais, que dão origem ao capital social e às convenções. No entanto, ao

contrário do que se propõe neste artigo que está sendo desenvolvido, Vilpoux e Oliveira (2010) realizaram uma análise das estruturas de governança.

Amaral Filho (2011) fez um estudo sobre o Sistema e Arranjo Produtivo Local (SAPL) num âmbito evolucionista e, também, com incorporações institucionalistas principalmente para compreender questões relacionadas à coordenação e à governança. De acordo com Amaral Filho (2011, p. 207), quando pretende-se investigar um SAPL “[...] os conceitos e as teorias evolucionistas e institucionalistas fornecem as ferramentas adequadas para tal fim, especialmente por causa de seu distanciamento com relação às teorias econômicas normativas”.

Um fator relevante introduzido por Amaral Filho (2011) foi a ideia de reunir os elementos formais envolvidos nas transações de um sistema e arranjo produtivo local com os fatores informais. Para o autor, as empresas e os agentes envolvidos em um SAPL devem dispor de mecanismos institucionais que garantam a segurança das relações e que evitem elevados custos de transação. Além disso, a localidade é um fator importante, considerando esta como um território<sup>7</sup> que envolva não apenas elementos físicos e geográficos, mas características históricas e culturais (AMARAL FILHO, 2011). “Destas relações, emergem organizações, cultura e conjunto de instituições e valores – éticos e morais – que, com outras instituições nacionais, viabilizam a coordenação de tais relações” (AMARAL FILHO, 2011, p. 184).

Ao mesmo tempo em que os estudos relacionados às estruturas de governança e às instituições formais são relevantes quando analisa-se um APL, o indivíduo não deve ser ignorado e analisado de forma isolada. Deve-se considerar o grupo de indivíduos que interagem num sistema produtivo, uma vez que “o todo é maior que a soma das partes” (AMARAL FILHO, 2011).

Em um sistema produtivo local, e nos arranjos que o acompanham, a racionalidade individualista é substituída por outra que é formada pela mistura da conduta das empresas com a cultura das organizações e instituições gerada pelas ações coletivas dos agentes não só produtivos. O conjunto de instituições, ou cultura do local, encarrega-se de moldar o ambiente externo aos agentes, cuja composição é montada por certos tipos de condicionamentos ou constrangimentos, os quais vão limitar ou expandir, suas margens de manobra (AMARAL FILHO, 2011, p.180).

---

<sup>7</sup> Assim como sugerido por Amaral Filho (2011), a ideia de território utilizada neste artigo vai além do conceito dado pela Nova Geografia Econômica, representada por Krugman, que dá importância primordial às características geográficas.

Amaral Filho (2011) descreveu que não deve-se delimitar um sistema produtivo apenas dentro de fronteiras territoriais, uma vez que ele envolve relações entre os agentes que ultrapassam o espaço geográfico local, abrangendo níveis estaduais, nacionais e até internacionais. Ou seja, “o território é fonte de cultura e instituições responsáveis pela coordenação, governança e estabilidade do sistema, mas ele também é influenciado, não só pelo sistema, senão por um conjunto maior de elementos formado pelos ambientes nacional e internacional” (AMARAL FILHO, 2011, p.184).

Com base nesta ideia de considerar a importância das instituições no ambiente produtivo e nas relações individuais, elaborou-se a Figura 1.



Figura 1 – Relação entre Instituições e Arranjos Produtivos Locais

Fonte: Elaboração própria.

Deste modo, os arranjos produtivos não representam estruturas estáveis em meio a normas formais, mas também envolvem fatores comportamentais e culturais, presentes nos indivíduos e que são mutáveis. A parte destinada às instituições na Figura 1, refere-se às informais e formais, que estão em constante relação, uma vez que muitos padrões de

comportamento ditos informais muitas vezes acabam se transformando em uma norma legal, e vice-versa. Ou seja, as instituições formais e informais estão relacionadas e moldam a constituição e a manutenção de um APL.

Outro ponto que vale a pena ser destacado, com base na diferenciação entre organizações e instituições feita por North (1990), os APLs envolvem organizações, tais como empresas, governo, câmara municipal, centros de pesquisa, etc., que são moldados pelo aparato institucional vigente, em nível formal (local, nacional ou internacional), mas também em nível informal (códigos de comportamentos existentes do país ou na região em que o arranjo está sendo consolidado).

E, por fim, em meio a todo esse aparato institucional e organizações envolvidas, estão os indivíduos. Ou seja, toda análise deve levar isto em consideração, assim como North (1990, p. 5) descreveu: “Instituições são criações dos seres humanos. Elas evoluem e são alteradas pelos seres humanos; por isso nossa teoria deve começar com o indivíduo”<sup>8</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarem-se, inicialmente, as características de um Arranjo Produtivo Local (APL), constatou-se o grande número de organizações que estão envolvidas, tais como: empresas, governo, entidades de ensino, etc. Deste modo, ao utilizar-se o referencial teórico institucionalista, percebeu-se que um APL, que é uma organização composta por empresas, centros de pesquisa, entidades públicas e privadas, etc., nada mais é do que um grupo de indivíduos que possuem objetivos convergentes e que estão moldados por um aparato institucional.

Assim, além de existirem regras formais que perpassam as relações em um arranjo produtivo, garantindo maior segurança nas transações, existem também as regras informais, que não estão registradas, mas que estão presentes na mente humana. Estas últimas são, na maioria das vezes, difíceis de serem modificadas e fundamentais nas relações entre os indivíduos. Como um APL envolve, acima de tudo, relações entre indivíduos, deve-se dar devida atenção para os elementos comportamentais que estão entremeados nas transações.

---

<sup>8</sup> “*Institutions (are a creation of human beings. They evolve and are altered by human beings; hence our theory must begin with the individual)*” (NORTH, 1990, p. 5).

Por fim, tendo este trabalho um propósito central de dar maior atenção para as instituições informais existentes em arranjos produtivos, pois na maioria das vezes são esquecidos por trabalhos de cunho institucionalista, sugerem-se, para trabalhos posteriores, que sejam realizados estudos de campo em APLs brasileiros para delinear estas relações. Ou seja, que não seja apenas identificado os elos produtivos, mas também dar importância para as relações individuais e culturais, uma vez que as instituições informais são determinantes para entender e identificar os meios para o desenvolvimento de uma região ou para a construção de um arranjo produtivo local com sucesso efetivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. do. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 36, p. 171-212, 2011.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 97-125, 2001.

\_\_\_\_\_. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, 27, p. 159-175, 2003.

\_\_\_\_\_. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: RedeSist, 2003.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. The Role of Institutions in Economic Development. United Nations Economic Commission Europe, Geneva, Switzerland, **Discussion Paper Series**, 2003.

OBAPL. Observatório Brasileiro de APL. **APLS, o que são!?**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://portalapl.ibict.br/menu/itens\\_menu/apls/apl\\_o\\_que\\_sao.html](http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que_sao.html)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

REDESIST. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

ROSALEM, V.; SILVA, E. A.; SANTOS, A. C Arranjos produtivos locais e a inovação tecnológica: uma análise sob a ótica da economia de custos de transação. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGET). **Anais eletrônicos...** Rezende, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos08/46\\_ARRANJOS%20PRODUTIVOS%20LOCAIS%20E%20A%20INOVACAO%20TECNOLOGICA.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos08/46_ARRANJOS%20PRODUTIVOS%20LOCAIS%20E%20A%20INOVACAO%20TECNOLOGICA.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. In: BNDES. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento (versão preliminar)**. Rio de Janeiro, 2004.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições Informais e Governanças em Arranjos Produtivos Locais. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2010.